



ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL  
SANTANA DO SÃO FRANCISCO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO



**Secretária Municipal de Controle Interno**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

**ASSUNTO: DISPENSA 03/2020**

**ÓRGÃO: Fundo Municipal de Saúde**

**CONTRATADO: MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS SERVIÇOS – ME**

**Do Relatório**

Tratam-se dos autos de parecer para Dispensa de licitação para **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Controle de Vírus ( Sanitização do COVID)** , Bactérias, Micro Organismo e Fungos da Rua e Pátio da Feira e Bancos do Município de Santana de São Francisco -SE, conforme especificações constantes no Termo de Referência , compreendendo demais serviços estabelecidos na proposta de preços de acordo com a Lei 13.979/2020 com fulcro no artigo 4, com redação na medida provisória 926/2020.

**CONSIDERANDO**, que a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou em 11 de Março do corrente a elevação do estado de contaminação para pandemia em mais de 115 países do novo coronavírus , que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos e a adoção de providências para coibir o alastramento do vírus se faz imprescindível.

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 13.979/2020, em 06 de fevereiro, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, e trouxe repercussões que afetam os contratos administrativos.

**CONSIDERANDO** a Lei Federal n 13.979/2020 que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus , bem como a Medida Provisória n 926/2020 que altera a Lei Federal 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência:

Art. 4 – É dispensável a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia,

e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

**CONSIDERANDO** que o Município de Santana de São Francisco através do Decreto 15/2020 no dia 18/03/2020 através do dispõe de emergência na saúde pública do Município de Santana de São Francisco/SE



ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL  
SANTANA DO SÃO FRANCISCO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

em razão do COVID-19 ( novo coronavírus) no Estado de Sergipe , regulamentando as medidas preventivas e enfrentamento de saúde pública de importância internacional , nos termos da Lei Federal , de 06 de Fevereiro de 2020.

**CONSIDERANDO** que a Nota Técnica 01/2020 sobre o Plano de Contingenciamento Municipal para o Covid /19.

**CONSIDERANDO** que o Decreto 16/2020 , de 20 de Março de 2020 dispondo novas medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) em virtude da Pandemia decorrente da necessidade de medidas além das já editadas.

**CONSIDERANDO** que o Decreto 21/2020 de 30 de Março de 2020 que prorrogou a situação de emergência na saúde pública do Município de Santana do São Francisco/SE, em razão da disseminação do Vírus(COVID-19) no Estado de Sergipe/SE, regulamentando as medidas preventivas e enfrentamento da crise de saúde pública de importância internacional, nos Termos da Lei Federal 13.979/2020, de 06 de Fevereiro de 2020.

**CONSIDERANDO**, que o Município de Santana de São Francisco/SE, está sim diante de : I – ocorrência de situação de emergência, II – necessidade de pronto atendimento da situação de emergência, III existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços , equipamentos e outros bens , públicos ou particulares , e IV- limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento de emergência;

**CONSIDERANDO** que a contratação direta através de dispensa de licitação é a solução mais eficaz para atender a situação emergencial;

**Constam os documentos conforme abaixo relacionado:**

- Solicitação Urgente de pedido de Dispensa em caráter emergencial justificada;
- Termo de Referência Simplificado;
- Orçamentos ;
- Comunicação Interna solicitando Disponibilidade Financeira;
- Documento de Formalização da Demanda justificando a caracterização da situação emergencial acompanhada de Justificativa de Preços e Razão da Escolha do Executante ;
- Declaração de Disponibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira assinado pelo Secretário de Finanças do Município;
- Solicitação do Parecer Jurídico;
- Parecer Jurídico;



ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL  
SANTANA DO SÃO FRANCISCO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

58  
1/10

## DO CONTROLE INTERNO:

A Constituição federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno; bem como a lei 8666/93, devendo este também atuar nos casos em que a licitação for dispensada, dispensável ou inexigível.

Verificando o cumprimento das próprias atividades exercidas pelos seus órgãos, objetivando mantê-las legítimas (atender a todos os princípios constitucionais).

## CONCLUSÕES

O Controle interno opina pela aprovação da dispensa devidamente justificada pela autoridade competente e todas as informações são de inteira responsabilidade do setor solicitante em relação à execução dos serviços e prestação de serviços.

É o parecer, s.m.j.

Santana de São Francisco, SE, 30 de Março de 2020

*Rosimary de Oliveira Rocha*

**ROSIMARY DE OLIVEIRA ROCHA**  
Secretária Municipal de Controle Interno